



Campanha mostra que, diferentes, somos iguais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abre campanha em favor das pessoas com deficiência. Página 3

No lançamento da campanha, Aloysio Campos da Paz (E), Eduardo Suplicy, Renan, Efraim Morais, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma

Gerardo Magela

Sete senadores analisam em Plenário as acusações a Palocci, consideradas falsas por Tião Viana

Caseiro do Lago Sul pode ser ouvido por CPI

O caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo, que trabalhou na mansão do Lago Sul supostamente alugada por representantes da chamada “República de Ribeirão Preto”, pode ser ouvido amanhã pela CPI dos Bingos. O presidente da comissão, Efraim Morais, anunciou ontem que coloca hoje em

votação requerimento com esse objetivo. Nildo declarou a *O Estado de S. Paulo* que Palocci era freqüentador assíduo da casa, usada, segundo disse, para partilha de dinheiro que chegava em malas. Tião Viana, um dos sete senadores que discursaram no Plenário sobre o assunto, considerou falsas as acusações. **Página 4**

Corte no Orçamento viabiliza ajuda a estado exportador **Página 7**

Programas sociais estimulam o crescimento, afirma Ideli **Página 8**

Debates no Senado

Senadores propõem alterações no fundo para educação básica

Mudanças no Fundeb foram defendidas por senadores durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator da proposta, senador José Jorge, lembrou que ela tramitou durante nove meses na Câmara, en-

quanto o tempo reservado para seu exame no Senado é “bastante inferior”. Os especialistas convidados divergiram sobre a conveniência de se criar um fundo único para a educação básica ou três fundos divididos por áreas. **Página 6**



Antonio Carlos preside a audiência na CCJ, entre Hugo Vocurca, Mariza de Abreu e Juçara Vieira



Na CAE, Carlos Mota (E), Everardo, Luiz Otávio, Vladimir Rossi, Simone Melo, Jorge Patrício e Renato Albano

Super-Receita gera polêmica e divide opiniões de ex-secretários

O projeto de lei que cria a chamada Super-Receita é ou não constitucional? Essa questão voltou a causar polêmica em audiência promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos. Dois ex-secretários da Receita Federal manifestaram posições divergen-

tes. Para Osiris Lopes Filho, a Previdência Social não poderia perder sua autonomia. Já Everardo Maciel destacou ganhos de eficiência que adviriam da unificação. Para o representante da OAB, Vladimir Rossi, a iniciativa fere a Constituição. **Página 7**

Célio Azeredo

Célio Azeredo

Senador propõe identificação das vítimas, que teriam bolsa de estudo e educação em tempo integral

Cristovam cobra a erradicação da prostituição infantil

Cristovam Buarque (PDT-DF) expressou indignação e preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes no país, abordada em uma série de reportagens do *Jornal da Globo*. O senador também revelou sua decepção com o presidente Lula, que não teria reagido à denúncia.

– Será que o país ainda não está maduro para dar o grito de abolição da prostituição infantil? Será que o tráfico de corpo dessas meninas não merece a atenção do presidente Lula e de seus ministros? – indagou.

Cristovam disse que Lula deveria destacar um subordinado para coordenar ações de combate à prostituição infantil e dar prazo de dois anos para sua erradicação.



Cristovam sugere medidas de combate à exploração sexual de adolescentes

Essa operação também passaria pela identificação das vítimas, que teriam bolsa de estudo e educação em tempo integral.

O senador Flávio Arns (PT-PR) reagiu às críticas sustentando que já é senso comum no governo e na sociedade a necessidade de apurar fatos do gênero e intensificar a proteção à infância e adolescência brasileiras.

Gilvam pede fim da violência no Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) lamentou o episódio ocorrido, na segunda-feira, com o deputado estadual pelo Amapá Eider Pena (PDT), que foi assaltado e agredido por um grupo organizado. Gilvam fez um apelo ao governador Valdez Góes e às autoridades federais por providências para diminuir a violência que se instalou no estado. Disse que José Sarney (PMDB-AP) viajou para o Amapá com o objetivo de acompanhar de perto a situação.

– Atearam fogo ao deputado,



Gilvam Borges lamenta agressão sofrida por deputado estadual do Amapá

espancaram-no e o esfaquearam durante duas horas de tortura. O estado vive em situação de pânico – afirmou o senador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Duda Mendonça volta à CPI dos Correios

O publicitário Duda Mendonça (*foto*) depõe novamente na CPI dos Correios, que se reúne às 10h. Ele vai explicar a origem do dinheiro que movimentou no exterior e prestar esclarecimentos sobre financiamento irregular de



campanhas políticas. A reunião pode ser secreta, para manter o sigilo dos dados fornecidos pela Promotoria de Nova York. Às 11h, a Sub-Relatoria de Contratos ouve Márcio Eduardo Nozari e Roberto Kfourri, da Beta.

Sem acordo, pauta permanece trancada

As lideranças partidárias não chegaram a um acordo sobre a votação das medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Senado. Na sessão de hoje, às 14h, os parlamentares fazem nova tentativa de votação dos

textos, que, por terem prioridade, paralisam a análise das demais propostas em pauta. A maioria das MPs libera recursos extraordinários para órgãos da administração pública.

CDH discute ampliação da licença-maternidade

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discute, às 10h, o programa Empresa Cidadã, que incentiva empregadores a ampliar a licença-maternidade das

funcionárias. Entre os convidados estão a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, e o presidente da OAB, Roberto Busato.



Audiência pública sobre o Fundeb

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) é tema de audiência na reunião conjunta da

Subcomissão de Assuntos Municipais e da Comissão de Educação (CE). Está prevista a participação dos presidentes da Confederação

Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, e da Associação dos Municípios do Espírito Santo, João Balestrassi.

CCJ sabatina indicado para o STM

Indicado para ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto vai ser sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30. Em seguida, os senadores

decidem em votação secreta se aprovam a sua indicação. Também está na pauta a proposta que cria juizados especiais da Fazenda Pública nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios.



Novas MPs

Podem ser instaladas comissões mistas para analisar duas medidas provisórias. A primeira, às 10h, discute a MP que prevê a dedução da contribuição ao INSS de empregadas domésticas do Imposto de Renda do empregador, e a segunda, às 18h, renegocia dívidas contraídas com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Dívida rural

O projeto da repactuação, anistia e alongamento de dívidas de agricultores com operações de crédito rural é tema da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que tem reunião marcada para as 9h30. O colegiado ainda pode analisar proposta sobre administração das cooperativas e seus conselhos fiscais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Efraim Morais, João Alberto Souza, Romeu Tuma e Mão Santa

Educação debaterá criação de junta para rever decisões de árbitros

A possibilidade de criação de uma junta de árbitros de futebol para julgar recursos contra decisões como a marcação de um pênalti será debatida em audiência pública da Comissão de Educação (CE). A decisão foi tomada na manhã de ontem pelo colegiado, que aprovou requerimento com esse objetivo, apresentado pelo senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG).

Para discutir o assunto, serão convidados, entre outros, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e o presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, José de Assis Aragão, além de um representante da Fifa.

A junta de árbitros sugerida estaria presente ao campo de jogo e julgaria recursos interpostos pelo capitão do time que se julgar prejudicado, nas hipóteses de penalidade máxima, expulsão de jogador e validação de gol.

Ensino a distância

A CE aprovou também, em turno suplementar de decisão terminativa, substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), ao projeto de José Jorge (PFL-PE)

que trata do ensino a distância (PLS 462/03). Segundo o texto aprovado, serão garantidos custos de transmissão reduzidos para a atividade não apenas nos canais comerciais de rádio e televisão, mas também em "outros meios de comunicação que sejam executados e explorados mediante concessão do poder público". Com isso, pretende-se estimular a utilização de novos recursos tecnológicos pela educação a distância.

Na mesma reunião, a pedido do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), foi retirado de pauta o Projeto de Lei 33/03, de autoria de Valdir Raupp, que destina recursos do atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o combate ao analfabetismo.

A CE aprovou requerimento de urgência, apresentado por Sérgio Cabral (PMDB-RJ), para a votação em Plenário do Projeto de Lei 361/05, de sua autoria, que prorroga até 2016 os benefícios fiscais previstos na Lei do Audiovisual. Foram acolhidos também pareceres favoráveis a 27 projetos referentes ao funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Presidente do Senado destaca que a Casa pretende ser pioneira entre as instituições governamentais na garantia de acessibilidade



Entre senadores e convidados, Renan Calheiros lembra dever constitucional de garantir direitos aos portadores de deficiência

Renan abre campanha em favor das pessoas com deficiência

Acompanhado pelo presidente da Rede Sarah de Hospitais, Aloysio Campos da Paz, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a campanha "Com as Nossas Diferenças, Somos Todos Iguais", que pretende fazer do Senado o pioneiro, entre as instituições governamentais, na garantia dos meios que proporcionem acessibilidade aos portadores de deficiência, sejam funcionários ou visitantes da Casa.

Também foi lançado o Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal e a nova página da Secretaria de Recursos Humanos na internet, que permite o acesso às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, baixa escolaridade e outros tipos de limitações.

Em seu discurso, Renan assinalou que, mais do que uma atitude assistencialista, essas iniciativas cumprem o dever constitucional de garantir aos deficientes todos os seus direitos como cidadãos brasileiros.

O senador salientou que o Congresso Nacional tem dado o exemplo, lembrando a aprovação, em 1989, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e, em 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece normas

para atendimento às pessoas com deficiência.

– Entre outros projetos importantes que hoje tramitam no Senado, estamos empenhados na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentado pelo senador Paulo Paim [PT-RS] – afirmou.

Renan Calheiros ainda ressaltou a aprovação, na semana passada, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto de lei de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR) que estabelece critérios especiais para a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência. O presidente lembrou que a gráfica do Senado tem editado regularmente livros em braille e a biblioteca já conta com uma audioteca para atender deficientes visuais.

Portal

O servidor do Senado Federal Paulo Brandão, deficiente visual, fez uma demonstração do Portal do Servidor, criado pela Secretaria de Recursos Humanos da Casa. A secretaria desenvolveu um *software* que faz a leitura da tela para o deficiente visual e a traduz sob a forma de áudio, que a pessoa ouve por meio de fones de ouvido. O programa pode ser acessado no endereço www.senado.gov.br/portaldoservidor.

A solenidade foi encerrada

com a apresentação de um vídeo elaborado pela Rede Sarah de Hospitais e intitulado *Mauri, a Diferença de Ser Igual*, que relata a história de um menino que nasceu sem os braços, mas sua mãe jamais o tratou como alguém diferente. Ao contrário, a mãe de Mauri o criou como uma criança normal e rejeitou até mesmo a proposta de colocação de próteses estéticas em seu filho. Hoje, Mauri convive com as demais crianças e aprendeu a fazer com os pés tudo o que precisa.

Compareceram à cerimônia o primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), que recebeu elogios de Renan Calheiros pelo trabalho em prol dos deficientes, e os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Flávio Arns e Paulo Paim, também envolvidos com projetos que visam facilitar a vida dos portadores de deficiência. Estiveram presentes ainda os senadores Magno Malta (PL-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PSOL-AL), Patrícia Saboya (PSB-CE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), além do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e do diretor de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi.



Valdir Raupp, Gerson Camata e Marco Maciel analisam proposta na reunião da CRE

Relações Exteriores aprova 23 projetos sobre acordos do Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu ontem 23 projetos de decreto legislativo, entre os quais o que aprova o texto do acordo de sede entre o Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTC), permitindo que se estabeleça no país a secretaria permanente da organização.

Os projetos de decreto legislativo tratam de assuntos variados no âmbito das relações bilaterais entre o Brasil e alguns países vizinhos, europeus, asiáticos e afri-

canos. Entre as matérias aprovadas está o acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear assinado entre o Brasil e o Chile e o protocolo firmado com a Argentina sobre circulação de produtos alimentícios.

No campo do turismo internacional foram aprovados cinco projetos, celebrando acordos com o Peru, a Romênia, a Estônia, o Líbano e a Índia.

A CRE também aprovou o projeto de resolução que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Áustria.

CPI deve ouvir caseiro amanhã, anuncia Efraim

Francenildo dos Santos Costa, o Nildo, caseiro da mansão alugada no Lago Sul por representantes da chamada “República de Ribeirão Preto”, pode ser ouvido amanhã pela CPI dos Bingos. O anúncio foi feito no Plenário do Senado pelo presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), ao informar que colocará hoje em votação requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) com esse objetivo. Segundo *O Estado de S. Paulo*, Nildo disse que o ministro da Fazenda, Antonio

Palocci, era assíduo freqüentador da casa – esteve lá de “dez a 20 vezes” –, sendo chamado de “chefe”. Em depoimento à CPI dos Bingos, Palocci sustentou jamais ter ido à mansão do Lago Sul. Efraim lembrou que, também falando à comissão, o motorista Antônio das Chagas Costa afirmara ter visto Palocci três vezes na casa.

As afirmações do caseiro, segundo Efraim, justificam, por si só, a prorrogação dos trabalhos da CPI até o dia 24 de junho. Nildo revelou também que a casa do Lago

Sul – alugada por Vladimir Poletto, ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) – era usada para partilha de dinheiro que chegava em malas.

– O caseiro sabe do que está falando. Lá funcionava um esquema de distribuição de dinheiro clandestino com periodicidade mensal – acrescentou Efraim.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) sugeriu acareação entre Palocci e os que o desmentiram. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que Palocci deseja esclarecer tudo.

Alvaro Dias



Testemunho do caseiro é autêntico

Ao justificar requerimento para a convocação de Nildo, Alvaro Dias (PSDB-PR) enfatizou que a matéria publicada ontem por *O Estado de S. Paulo* não deixa dúvidas sobre a autenticidade do testemunho do caseiro “que desmentiu o que disse Palocci na CPI, garantindo que nunca esteve na casa”. Além disso, frisou, o empregado teria vindo com Palocci de Ribeirão Preto, quando o ministro era prefeito daquela cidade.

Para o senador, a soma dessas informações, associadas a outras denúncias apuradas na CPI dos Bingos, compromete a imagem do ministro e do governo, principalmente perante os investidores estrangeiros.

– É hora de o presidente da República tomar as providências cabíveis, uma vez que este cenário de dúvidas e suspeitas sobre o moral da equipe econômica também está sendo observado lá fora – afirmou.

O parlamentar informou ainda que, “coincidentemente”, a revista *Veja* desta semana publica matéria em que a promotora de eventos Jeany Mary Corner descreve um esquema de distribuição de dinheiro cuja base é “essa famosa casa” no Lago Sul.

Tião Viana



Acusação contra Palocci é falsa e fere a democracia

Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem que são falsas as acusações feitas pelo caseiro Francenildo Santos Costa de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve numa mansão em Brasília onde teria sido feita partilha de recursos ilegais. Para o parlamentar petista, esse tipo de “denúncia fácil” fere o ordenamento jurídico e a democracia.

O senador recordou casos de denúncias injustas ocorridas há alguns anos e que jamais puderam ser reparadas, pelo menos inteiramente, como a dos diretores da Escola de Base em São Paulo, acusados de abuso sexual.

– Devo lembrar também o episódio de cassação do deputado Ibsen Pinheiro para o qual colaboraram inclusive membros do meu partido – disse Tião Viana, que chamou a atenção para os vazamentos de sigilos telefônico e fiscal, contrariando o artigo 5º da Constituição.

O parlamentar recebeu apoio da líder do PT, Ideli Salvatti (SC), e dos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Este último ressaltou que Palocci é um homem ético e preocupado com o destino do país.

Antonio Carlos



Denúncias têm que ser investigadas

A exemplo de outros opositores, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a investigação, pela CPI dos Bingos, das novas acusações contra o ministro da Fazenda. Ele disse ainda que a CPI deve tentar obter a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. O parlamentar frisou que o Senado não pode abrir mão de esclarecer denúncia de que Palocci reunia-se, em Brasília, com ex-assessores acusados de irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto, nem de apurar se Okamoto cobria despesas pessoais e familiares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– É preciso tirar a limpo a denúncia contra Palocci, até em defesa do próprio ministro. Para Lula, é mais interessante que não se abra o sigilo de Okamoto, pois vai recair sobre ele toda a culpa do que ocorre no país – opinou.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o caso Okamoto é tão grave que o próprio Lula deveria determinar a abertura dessas contas. Já Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que o STF deveria rever a decisão de manter o sigilo do presidente do Sebrae.

José Agripino



Ministro deveria falar novamente à comissão

José Agripino (PFL-RN) defendeu ontem o retorno do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à CPI dos Bingos, argumentando que ele deve esclarecer as denúncias de que freqüentava a mansão em Brasília onde, supostamente, seus assessores realizavam festas com garotas de programa e um deles, Rogério Buratti, distribuía dinheiro. Palocci tem negado envolvimento com as atividades de seus assessores.

O líder do PFL também cobrou explicações sobre o suposto superfaturamento de contratos com a empresa Leão Leão, quando Palocci era prefeito de Ribeirão Preto (SP). O ministro negou todas as denúncias, mas foi contraditado, em depoimentos na CPI dos Bingos, pelo ex-assessor Rogério Buratti, por dois servidores da prefeitura e por um delegado de Ribeirão Preto.

Agripino aconselhou o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, a abrir mão, espontaneamente, de seu sigilo bancário. Somente assim, disse, poderia ser comprovado que os recursos doados ao presidente, à filha de Lula e ao deputado Vicentinho (PT-SP) eram de Okamoto e não do esquema de Marcos Valério.

Leonel Pavan



Imprensa expôs novas suspeitas, não a oposição

Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra tentativa do governo de atribuir à oposição no Congresso responsabilidade por novas denúncias contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar sustenta que as suspeitas recentes contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por exemplo, tornaram-se públicas pelo trabalho investigativo da imprensa brasileira.

– Quando a imprensa faz elogio ao Lula, vale, mas quando faz denúncia, não vale? – indagou.

Em relação a Palocci, o tucano disse nutrir simpatia pelo ministro e lembrou até tê-lo defendido na CPI dos Bingos. A seriedade e confiança que sua figura lhe transmitia, entretanto, foram abaladas por recentes declarações do caseiro Francenildo Santos Costa, que poderá depor à comissão sobre a denúncia contra o ministro da Fazenda.

Pavan admite que pode haver engano na suspeita lançada contra Palocci, mas sustenta que é preciso investigar a existência de eventuais encontros entre ele e ex-auxiliares supostamente envolvidos em superfaturamento na limpeza urbana em Ribeirão Preto.

Heloísa Helena



Indícios ficam mais fortes a cada dia

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem, em discurso no Plenário do Senado, que é preciso dar credibilidade às denúncias apresentadas contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, segundo as quais ele participava das reuniões em que seus assessores distribuíam dinheiro arrecadado de forma ilegal e realizavam festas com garotas de programa.

Na avaliação da senadora por Alagoas, as denúncias não podem ser consideradas como parte de uma conspiração contra o ministro Palocci em razão da quantidade de pessoas envolvidas. A parlamentar citou o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci; o caseiro da mansão alugada em Brasília, Francenildo Santos Costa; o delegado Benedito Valencise; e a agenciadora de garotas de programa Jeany Mary Corner.

Na opinião de Heloísa Helena, os indícios da participação de Antonio Palocci em esquemas de corrupção ficam, a cada dia, mais fortes.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Senador divulga correspondência em que a CPI dos Correios informa não haver indícios de que seu motorista tenha feito saque no Banco Rural, em 2004

Jucá diz que CPI o inocenta de envolvimento com Valério

Romero Jucá (PMDB-RR) leu ontem, na tribuna do Plenário, correspondência da CPI dos Correios em que a comissão informa que não há indícios de que o ex-motorista de Jucá, Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques, tenha sacado um cheque no Banco Rural, em 2004. Com isso, afirmou o senador,

fica provado que ele não teve envolvimento com o esquema do publicitário Marcos Valério.

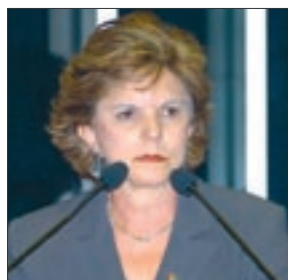
No dia 6, Jucá discursou em Plenário para refutar acusações publicadas um dia antes pelo jornal *Correio Braziliense*, que apontou seu ex-motorista como sacador de R\$ 50 mil em agência do Banco Rural em São Paulo.

Na época, recordou o senador, ele solicitou que a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o Congresso investigassem tais acusações, e encaminhou o ofício ao presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), com questionamentos sobre informações que a comissão pudesse ter sobre o caso.

No ofício, Jucá colocou-se à disposição da CPI para qualquer esclarecimento.

Na resposta, Delcídio diz que não é necessária a presença de Jucá na CPI para prestar esclarecimentos. Informa que “consta no acervo da comissão, apenas, uma autorização de saque do Sistema Financeiro Rural em

nome da pessoa de Roberto Marques, sem outros dados identificadores, tendo tal saque sido realizado pelo Sr. Luiz C. Mazano”. Delcídio também informa que não há registros em poder da CPI “sobre operação, pagamento ou retirada feita por Roberto Jefferson Camoelas Gracindo Marques”.



Decisão do PSDB e qualidades do governador de São Paulo são elogiadas por Lúcia Vânia



“Alckmin trabalha sem agressão e sabe como chegar aonde quer”, destaca Heráclito Fortes



Almeida Lima critica membros do PMDB contrários a candidatura própria à Presidência da República



Na opinião de Pedro Simon, impedir a realização de prévias é contrariar a história do partido



Mão Santa acusa PT de cooptar peemedebistas para evitar candidatura própria do PMDB



Sibá Machado se diz preocupado com a falta de definição de regras para as próximas eleições

Lúcia Vânia: Alckmin é o melhor

Lúcia Vânia (PSDB-GO) felicitou ontem seu partido pela escolha do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, como candidato à Presidência da República nas eleições deste ano. Para a senadora, Alckmin é um bom candidato, “senão o melhor”, e “alguém com caráter e ética”. Lúcia Vânia disse que o prefeito de São Paulo, José Serra, entendeu que a unidade do partido era mais importante.

Dirigindo sua mensagem ao presidente do partido, Tasso Jereissati (CE), e aos demais dirigentes, a senadora demonstrou satisfação com uma decisão que fortalece o PSDB, com o que concordaram os senadores do partido Alvaro Dias (PR) e Leonel Pavan (SC). Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também saudou a candidatura Alckmin.

Lúcia Vânia apresentou a plataforma do PSDB em relação ao Sistema Único de Saúde. O documento foi levado pela parlamentar ao fórum “Saúde e Democracia – Uma Visão de Futuro para o Brasil”, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

Heráclito elogia a escolha “sem rachas”

Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiou a escolha do governador paulista Geraldo Alckmin para ser candidato à Presidência da República pelo PSDB. Ele também louvou a forma como o processo de escolha foi conduzido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O senador enfatizou que o processo, que definiu o candidato entre o governador de São Paulo e o prefeito da capital paulista, José Serra, ocorreu sem rachas.

– Tenham cuidado. Alckmin trabalha em silêncio, sem agressão. Sabe o que quer e como chegar aonde quer – disse, dirigindo-se aos senadores do PT.

O senador elogiou os dois pré-candidatos tuicanos, dizendo que ambos são homens de competência e de conduta ilibada. Ele também adiantou que será parceiro da candidatura de Alckmin.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou Serra e Alckmin, afirmando que são bons administradores. Para Mão Santa (PMDB-PI), Alckmin herda o patrimônio político do ex-governador Mário Covas.

Disputar o poder é obrigação, diz Almeida Lima

A apresentação de candidatura própria à Presidência da República por parte do PMDB foi defendida ontem pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), que criticou os correligionários que são contrários a essa idéia. Para ele, os partidos políticos têm a obrigação de disputar o poder, já que essa seria a melhor forma de implementarem seus projetos.

Almeida Lima chamou de adesistas os integrantes do PMDB que preferem que o partido não apresente candidatura própria e alegam que isso facilitaria as alianças para as eleições nos estados. Para o senador, a verticalização não pode ser utilizada como justificativa, já que não impedirá partidos como o PT e o PSDB de apresentar seus candidatos a presidente.

O senador afirmou ainda que o comportamento daqueles que não querem o PMDB disputando a Presidência é suspeito. Em sua opinião, eles estariam transformando o partido em uma legenda de aluguel a serviço do PT e da reeleição do presidente Lula.

Simon defende candidatura própria do PMDB

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que, com a definição do nome de Geraldo Alckmin como candidato do PSDB à Presidência da República, torna-se premente a candidatura própria do PMDB. Ele criticou senadores do partido que, segundo afirmou, estão minimizando a necessidade de prévias dentro do PMDB, alegando que a disputa deveria ser adiada até a definição de um quadro que convença os delegados. Para o parlamentar, essa postura contraria a história da agremiação.

O senador também acusou o PT de estar cooptando nomes do seu partido para uma coligação, oferecendo a vaga de vice-presidente na chapa de Lula.

– Estão oferecendo a vaga de vice a todo mundo em troca de apoio a Lula, mas o PMDB tem 16 candidatos em condições de serem eleitos governadores e pode fazer um presidente da República – afirmou.

As prévias do PMDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República estão marcadas para domingo próximo.

Mão Santa: PT tenta esturpar democracia

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar o que chamou de ingerência do PT em relação à realização de prévias do PMDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República.

Segundo o senador, o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta a todo custo praticar “estupro contra a democracia” ao cooptar integrantes do PMDB para inviabilizar uma candidatura do partido.

Mão Santa elogiou o fato de partidos como o PSDB e o PSOL já terem candidatos definidos, criticando a posição do PT, que “continua na hipocrisia de dizer que ainda não tem candidato quando todos sabem que Lula está fazendo campanha de maneira ilícita”.

– O PSDB é o neoliberal que nós conhecemos. Já governou. E Lula e o PT são os neo-neoliberais, que estão fazendo da corrupção o seu ideário político. Portanto, resta a escolha pela oposição de Heloísa Helena e o PSOL e o candidato do PMDB, que já apresentou nomes referendados pela Executiva – disse.

Sibá anuncia início do debate eleitoral no PT

O prazo para que os partidos políticos definam suas candidaturas para as eleições de 2006 está chegando ao fim e o Partido dos Trabalhadores também se prepara para discutir a questão neste final de semana, segundo adiantou Sibá Machado (PT-AC). O senador acredita que divergências internas no PT deverão ser deixadas de lado durante essa discussão e se diz preocupado com a indefinição em torno de regras fundamentais para o pleito de outubro.

Sibá observou que persistem incertezas sobre a verticalização e o barateamento das campanhas, questões essenciais para tornar mais equilibrada a disputa entre os partidos.

O senador comunicou que enviará ofício ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, solicitando a reedição do Decreto 4.251/02, que disciplinou a transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 2002. A intenção, disse, é possibilitar que milhões de brasileiros, muitos residentes na Amazônia, possam captar os jogos por antena parabólica.

Para tratar as particularidades de cada segmento, surge a idéia de se criarem fundos específicos para os ensinos infantil, fundamental e médio



Comissão de Justiça se reúne pela terceira vez para discutir a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

O debate na CCJ: um ou três fundos para a educação?

A instituição de um fundo único para a educação básica ou a criação de três fundos específicos e distintos, divididos por áreas (ensinos infantil, fundamental e médio), foi o principal ponto discutido, ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Essa foi a terceira reunião realizada para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Para o prefeito de São Carlos (SP) e representante do grupo de trabalho de educação pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Newton Lima Neto, o ideal é a constituição de um fundo único, como propõe a PEC que já foi aprovada na Câmara, “para que haja mais liberdade na aplicação dos recursos financeiros e menos burocracia, principalmente na prestação de contas junto aos respectivos tribunais de contas”.

No entanto, essa não é a opinião da secretária municipal de Educação de Caxias do Sul (RS), Mariza Vasques de Abreu, que defende a constituição de três fundos como medida necessária para tratar as particularidades de cada nível da educação.

– A criação de um fundo

único privilegiaria o nível onde há maior número de alunos matriculados. Com a previsão de redução dos alunos no ensino fundamental e a tendência de aumento das matrículas no ensino médio, os recursos para a educação básica seriam reduzidos – explicou.

Já a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Maria Dutra Vieira, quer a participação imediata da União em 10%, no Fundeb, e não de forma gradativa em até cinco anos, como prevê a PEC. O estabelecimento do conceito de piso salarial nacional e da qualificação dos profissionais de educação também é fundamental, conforme a representante da CNTE.

Senadores propõem alterações no fundo

O relator da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), senador José Jorge (PFL-PE), lembrou que a PEC tramitou durante nove meses na Câmara dos Deputados antes de ser aprovada, e lamentou o fato de o tempo reservado de tramitação no Senado ter sido “bastante inferior”. Ele considera que o período de cinco anos para que a União complemente sua participação de 10% no fundo, como prevê a PEC, é muito extenso.

Durante o debate na CCJ, Cristovam Buarque (PDT-DF)

ressaltou que é preciso discutir temas que não estão incluídos na proposição, como as questões da compra de equipamentos para as escolas e da construção de novas unidades de ensino. Cristovam também defendeu maior reflexão sobre a dedicação integral dos professores.

O senador Sibá Machado (PT-AC) destacou ações para incentivar o professor a se dedicar à pesquisa e Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que é preciso remunerar bem os professores para garantir a qualidade do ensino. Já Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) observou que os recursos para a educação não

cresçam na mesma proporção das necessidades do setor.

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), de nada adianta o esforço de alocação de recursos para o três níveis da educação contemplados pelo Fundeb se não houver uma integração com o ensino universitário. A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) quer a aprovação urgente do Fundeb, sem qualquer modificação, para que a PEC não tenha de retornar à Câmara. Ela propôs, no entanto, uma reunião de líderes para fechar acordo com o governo federal que garanta que os ajustes necessários sejam feitos na regulamentação da lei.

Ministra anuncia decisão de identificar transgênicos

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informou que o Brasil vai defender, no Encontro das Partes (MOP-8), a identificação “contém” para os carregamentos com organismos vivos geneticamente modificados – os chamados OVMs – no âmbito do Protocolo de Cartagena.

A proposta, disse Marina, também prevê um prazo de quatro anos para que as empresas importadoras e exportadoras possam fazer a transição de seus procedimentos. A comunicação foi feita durante a abertura do Fórum Global da Sociedade Civil, evento paralelo à Convenção sobre

Diversidade Biológica (CDB), que se realiza em Curitiba.

– É uma grande conquista, não só dos ambientalistas, mas da sociedade brasileira. Até que enfim, estamos cada vez mais aprendendo que defender o meio ambiente é também fazer uma ponte com a dinâmica do desenvolvimento – afirmou.

Participaram ainda da abertura do fórum o governador do Paraná, Roberto Requião; o representante da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, Jean Marc Von der Weid; o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão; e o representante do MST, João Pedro Stedile.



Marina Silva e Requião durante a abertura do Fórum Global da Sociedade Civil

Diretor da Polícia Federal vai apresentar o novo passaporte

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a realização de audiência pública com a presença do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Fernando Lacerda, para que apresente a nova tecnologia do passaporte brasileiro. O documento deverá conter maiores requisitos de segurança e integração do sistema de controle de fronteiras. O autor do requerimento foi o presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

A audiência será no próximo dia 28 e deverá contar também com a presença do presidente e do diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), respectivamente Wagner José Quirici e Sérgio Rosa.

Taxa ambiental

A comissão aprovou ainda requerimento para realização de outra audiência pública, em data a ser marcada, destinada a debater e propor medidas rela-

cionadas com a entrada em vigor da Lei 10.165/00, que instituiu a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). A discussão foi proposta pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

O terceiro item examinado pela CMA foi um aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) que trata de acórdão proferido nos autos do processo referente à auditoria realizada na Petrobras. Nova reunião do colegiado está marcada para a próxima terça-feira.



Quintanilha propôs audiência sobre a nova tecnologia do passaporte brasileiro

Orçamento aprova corte nas emendas para ressarcir estados

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na tarde de ontem um adendo ao relatório geral do projeto do Orçamento da União que manda cortar 12,5% em todas as emendas de comissões e de bancadas apresentadas. O dinheiro do corte será destinado aos estados a título de ressarcimento pelas isenções tributárias nas exportações (Lei Kandir). A verba para a Lei Kandir vem emperrando há mais de um mês a votação do Orçamento de 2006.

A aprovação dos cortes não foi pacífica, apesar do apoio das principais lideranças partidárias, especialmente dos opositoristas PFL e PSDB. Vários deputados se manifestaram contra a decisão de seus líderes, sustentando que o Congresso estava cortando verbas de estados pobres para repassar aos estados exportadores, geralmente os mais ricos.

A solução para a Lei Kandir, no entanto, não significa que a votação do Orçamento agora será rápida ou tranquila. Alguns parlamentares advertiram que o corte das emendas poderá dificultar a votação no Plenário do

Congresso.

Na noite de ontem, a comissão aprovou o texto básico do relatório geral. Amanhã, os parlamentares devem começar a votar os destaques apresentados ao projeto. A depender do presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o documento final deve ser aprovado na comissão ainda nesta semana ou, no mais tardar, na próxima.

Com o corte das emendas, os estados exportadores têm garantidos no Orçamento de 2006 recursos que somam R\$ 4,3 bilhões. O texto do relatório geral prevê que esses estados receberão outros R\$ 900 milhões, desde que haja ao longo do ano “excesso de arrecadação”.

O Ministério da Fazenda argumenta que já não prevalecem os motivos que levaram o governo Fernando Henrique Cardoso a ressarcir as isenções de ICMS – incentivo às exportações. Além disso, o atual governo questiona os critérios de distribuição das verbas entre os estados, que estariam privilegiando o estado de São Paulo.



Para Suplicy, mulheres da Via Campesina podem protestar sem o uso da violência

Suplicy aconselha ação pacífica ao líder do MST

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta dirigida ao coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, em que sugere ao líder sem-terra a adoção de formas pacíficas de luta pela reforma agrária. O senador fez a recomendação em referência à destruição das instalações de pesquisa da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, na semana passada, por mulheres do movimento Via Campesina, ao qual o MST é vinculado. A ação das camponesas se deu em protesto pelo fato de tratores da Aracruz terem destruído uma aldeia indígena no Espírito Santo.

– As mulheres da Via Campesina podem utilizar mais a força da alma do que a força física.

Magno Malta pede força-tarefa federal no Espírito Santo

Magno Malta (PL-ES) pediu ontem que o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, solicite ao governo federal o envio de uma força-tarefa para dar tranquilidade à população do estado, amedrontada por ações violentas do crime organizado.

O senador explicou que crimes como os ataques a ônibus estão partindo de chefes de quadrilha presos, mas que, assim mesmo, têm grande controle sobre seus comandados. A ideia de Malta é que a força-tarefa possa garantir um clima de relativa paz por cerca de 90 dias, período durante o qual poderia ser construído em regime de emergência um presídio de segurança máxima para onde seriam transferidos “os 30 ou 50 bandidos mais perigosos”.



Segundo Magno Malta, iniciativa seria “um socorro e não uma intervenção”

Audiência pública sobre projeto de lei expõe opiniões distintas de Osiris Lopes Filho e Everardo Maciel, dois ex-secretários da Receita Federal



Luiz Otávio (4º à esq.) preside debate que reúne especialistas na área tributária e dois ex-secretários da Receita Federal

CAE debate constitucionalidade da criação da Super-Receita

A constitucionalidade do projeto de lei que cria a chamada Super-Receita foi, mais uma vez, um dos principais temas dos debates promovidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o PLC 20/06. Entre os presentes à audiência pública realizada ontem estavam dois ex-secretários da Receita Federal: Osiris Lopes Filho, contrário ao projeto, para quem a Previdência Social tem caráter autárquico e, como tal, não poderia perder sua autonomia; e Everardo Maciel, defensor da proposta que destaca os ganhos de eficiência que adviriam da unificação das áreas de arrecadação e fiscalização da Receita Federal e da Previdência Social.

No início da audiência, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reiterou o que já havia sido destacado na semana passada pelo presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita

Federal (Unafisco): para a OAB, o projeto que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, apelidada de Super-Receita, “padece de uma inconstitucionalidade substancial” – opinião compartilhada por Osiris Lopes Filho.

Segundo Vladimir Rossi Lourenço, diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB, “quando o artigo 194 da Constituição diz que a Seguridade Social – formada pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social – deverá ter caráter descentralizado, entende-se que isso cria, inequivocamente, uma autarquia, a qual se sustenta em três atributos: autonomia administrativa, autonomia orçamentária e autonomia financeira”.

– Essa descentralização citada pela Constituição só pode ser formalizada por meio de uma autarquia, que não pode ser comandada pela União nem ser dela dependente – afirmou Osiris Lopes Filho.

Lei ordinária ou complementar para o novo órgão?

Outro ponto polêmico sobre a Super-Receita, além da discussão sobre o caráter autárquico ou não da Previdência Social, é a forma pela qual a nova entidade deveria ser criada: por lei ordinária ou complementar. O projeto que cria o novo órgão o faz por meio de lei ordinária, mas isso foi objeto de críticas durante a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O ex-secretário da Receita Fe-

deral Osiris Lopes Filho – para quem “o projeto é nitidamente inconstitucional” – afirmou que o artigo 195 da Constituição federal “reserva à lei complementar, com exclusividade, a formulação normativa em matérias de gestão patrimonial e financeira”.

– E não há nada mais importante na gestão financeira que a gestão de recursos – frisou ele.

Quem o contestou foi outro ex-secretário da Receita Federal presente à audiência, Everardo

Maciel discorda dessa interpretação e defende a constitucionalidade do PLC 20/06. Para ele, a referência ao caráter descentralizado da Seguridade Social, presente no artigo 194, “não autoriza concluir que essa instituição tem caráter autárquico”. O ex-secretário da Receita Federal ressaltou que, “quando se trata da Saúde e da Assistência Social, que junto com a Previdência formam a Seguridade Social, ninguém se pergunta quanto à forma como são administradas”.

Everardo Maciel frisou ainda que “a administração integrada dos fiscos é uma tendência universal”. Nessa mesma linha de raciocínio, o presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Fenafisp), Renato Albano Júnior, destacou que esse tipo de integração foi implementado com sucesso em países como Inglaterra, Irlanda e Suécia.

Maciel, que argumentou que “as leis complementares são utilizadas para tratar, entre outros assuntos, de normas gerais de finanças públicas, e não de normas específicas”. Ele também disse que “os orçamentos, por exemplo, são tratados por leis ordinárias, como é o caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO”.

– Para mim, é inimaginável a criação de um órgão por meio de lei complementar – ressaltou Everardo Maciel.



Roosevelt Pinheiro

Para José Jorge, a administração Lula é “incapaz de lidar com a questão agrária”

José Jorge critica “Ano Vermelho” dos sem-terra

José Jorge (PFL-PE) lamentou e criticou ontem, em Plenário, as recentes ocupações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o país, início do chamado “Ano Vermelho” anunciado pelo movimento desde o começo do ano. O senador acusou o governo Lula de transformar o Brasil em um “Estado sem comando”.

Segundo o líder da Minoria no Senado, apenas no último fim de semana, em Pernambuco, seis propriedades rurais foram ocupadas pelos sem-terra. José Jorge informou que o “2006 Vermelho do MST já registra 57 invasões de propriedades rurais” em todo o país.

– Valor muito superior a todos do governo FHC – ressaltou, ao dizer ainda que, na média, Lula assentou menos pessoas que o governo anterior.

Para José Jorge, tais acontecimentos são indícios da “incapacidade da administração Lula de lidar com a questão agrária”.

Empresa de Taiwan doa roupas

Ney Suassuna (PMDB-PB) presidiu ontem, como presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, cerimônia de entrega de 38 mil peças de roupas novas no valor de US\$ 380 mil pela empresa taiwanesa Yugen à Instituição de Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília e à Associação Brasileira Evangélica Assistencial.

Tuma lamenta morte ocorrida em Marília

Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou em Plenário, ontem, o assassinato de Rafael Camarinha, filho do ex-prefeito de Marília (SP) Abelardo Camarinha e irmão do deputado estadual Vinícius Camarinha (PSB-SP). Rafael morreu ontem, baleado após a invasão de sua casa.

Senadora avalia que gastos sociais do governo federal, como o Bolsa-Família e o Bolsa-Escola, aqueceram a economia das regiões Norte e Nordeste

Para Ideli, programas sociais geram crescimento econômico

Ao comentar matérias publicadas pelos jornais *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse em Plenário, ontem, que as maiores taxas de crescimento econômico verificadas nas regiões Norte e Nordeste se devem principalmente à elevação dos gastos sociais do governo nessas áreas.

Além do incremento nas transferências do governo verificado nos programas sociais como o Bolsa-Família e o Bolsa-Escola, a senadora destacou como fatores importantes na melhoria do desempenho das regiões mais pobres os aumentos reais no salário mínimo, a ampliação do crédito consignado para aposentados, o pacote da construção civil para



Roosevelt Pinheiro

Ideli: Bolsa-Família passou a ser uma ferramenta de desenvolvimento

baratear os materiais de construção e a correção da tabela do Imposto de Renda.

– O Bolsa-Família passou a ser uma ferramenta do desenvolvimento, pois, ao fomentar o consumo, em razão da ampliação

da renda, cria para uma faixa do nosso povo o consumo não apenas do alimento fundamental do dia-a-dia, mas de móveis, eletrodomésticos e vestuário – afirmou ela.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) destacou também a importância do programa Bolsa-Família para a redução da pobreza no Brasil.

Gripe aviária

Ideli Salvatti informou ainda sobre encontro que teve com representantes da Federação das Indústrias de Santa Catarina e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar para tratar das consequências negativas que poderá ter a gripe aviária sobre o setor avícola em seu estado.

Política econômica causa prejuízos, afirma Osmar

Ao discursar em Plenário, Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem que a política econômica do governo Lula tem prejudicado a agricultura e a indústria brasileiras. Na avaliação do senador, os poucos investimentos realizados pelo governo federal estão fazendo tais setores perderem competitividade no mercado externo.

Osmar Dias ressaltou que os investimentos na indústria brasileira no ano passado foram inferiores a 20% do produto interno bruto, índice que ultrapassou os 30% nos países asiáticos. Os baixos investimentos no Brasil, disse o senador, impedem que a economia cresça, além de deixar a nação atrás de países concorrentes.

– O que aconteceu no ano passado parece que não foi suficiente para alertar o governo sobre a gra-



Roosevelt Pinheiro

Governo investe pouco na agricultura e na indústria, critica Osmar Dias

vidade da situação que viveremos no campo e na cidade – destacou o parlamentar.

Ele informou que o setor calçadista brasileiro deixou de exportar 23 milhões de pares de sapatos em 2005, além de ter importado 17 milhões de pares da China. A previsão para 2006 é ainda

pior, avisou o parlamentar: as indústrias calçadistas brasileiras deixarão de exportar 35 milhões de pares de sapatos e importarão 55 milhões de pares.

– Será uma perda de 20 mil postos de trabalhos nas fábricas de calçados brasileiras – alertou.

Além de a indústria brasileira estar perdendo competitividade em consequência da política econômica do presidente Lula, frisou o senador, a agricultura do país “está desabando”, pois perdeu, em 2005, R\$ 18 bilhões de receita. E este ano, acrescentou, a previsão é que o agronegócio perca mais R\$ 24 bilhões.

– Estamos com o pior governo que a agricultura brasileira já teve, não há nenhuma dúvida. Os agricultores estão abandonados no campo – concluiu o senador.

César Borges pede derrubada do veto à repactuação

César Borges (PFL-BA) clamou, ontem, os senadores a derrubarem o veto presidencial à lei aprovada no Congresso que permite a repactuação das dívidas dos produtores rurais contraídas em operações de crédito na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Em pronunciamento no qual



Roosevelt Pinheiro

Veto foi mais um golpe para agricultores, diz César Borges

protestou contra o veto integral do presidente Lula ao PLC 142/05, aprovado no mês passado, o senador disse que, não bastassem as dificuldades que

vivem os agricultores nordestinos, principalmente na Bahia, onde a seca inviabilizou a safra deste ano, o veto configura mais um duro golpe a atingir o setor.

O parlamentar criticou ainda o fato de o presidente Lula ter editado imediatamente uma medida provisória para tentar compensar o veto, que, em sua opinião, só beneficia parcialmente poucos agricultores.

César Borges recebeu o apoio dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



Roosevelt Pinheiro

Paim considera que estado tem sido prejudicado pela falta de investimentos

Paim apóia projeto que visa desenvolver economia gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) apoiou ontem a iniciativa de lideranças empresariais, sindicatos e organizações não-governamentais gaúchas que elaboraram o projeto O Rio Grande que Queremos – Agenda Estratégica RS 2006/2020, com propostas para incentivar o desenvolvimento socioeconômico do estado.

– A economia do estado está retraída, havendo queda no PIB [produto interno bruto] e problemas conjunturais – disse o senador.

Paim explicou que, embora a economia gaúcha apresente matriz diversificada e perfil exportador, ela tem sido prejudicada pela falta de investimentos.



Célio Azevedo

Moradores receberão indenização avaliada por baixo, critica Mozarildo

Mozarildo quer adiar saída de moradores de reserva indígena

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que seja julgado com rapidez o mérito das ações que contestam a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Mozarildo e Augusto Botelho (PDT-RR) ingressaram com uma ação pedindo a anulação, no decreto que homologou a reserva, do artigo que prevê a retirada de pessoas sem origem indígena – mediante uma indenização “avaliada por baixo”, segundo Mozarildo, de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil – e a extinção de vilas e municípios da reserva até 14 de abril. O senador quer a suspensão do dispositivo por pelo menos mais um ano.